



Radiografando o Orçamento de Campos de 2005

A ONG Cidade 21 tem entre seus objetivos trazer para a população informações que permitam um melhor entendimento sobre a realidade local. **Para a Cidade 21 é imperioso que se busque a transparência sobre os dados e indicadores econômicos, sociais e ambientais** de forma a se construir nos habitantes deste município uma participação consciente e cidadã na busca de uma melhor qualidade de vida para todos.

Para isso desde o ano 2000 (ano de sua fundação) a Cidade 21 tem produzido documentos de estudos e análise sobre a proposta orçamentária do município de Campos. Desta forma, o documento **"Radiografando o Orçamento de Campos" ganha sua 4ª versão** objetivando produzir debates e ações que estimulem a participação da nossa sociedade. A democracia participativa está além da democracia representativa em que a população elege seus representantes nos diversos níveis de governo e espera que eles ajam a seu favor. A Cidade 21 almeja e trabalha para que a sociedade através de seus cidadãos atue sugerindo e cobrando de seus representantes intervenções que sejam do interesse coletivo. Neste sentido, a Cidade 21 entende como uma conquista a obrigatoriedade da realização de audiência pública para debater o orçamento apresentado pelo executivo municipal. Porém, é necessário que se avance para além de um efetivo controle social sobre os gastos e investimentos públicos, mas se caminhe para se ter num futuro próximo a participação da sociedade na elaboração e execução do orçamento municipal como já é feito em diversas cidades do país.

O orçamento participativo permitiria que a população pudesse opinar sobre suas prioridades, sobre seu bairro e sobre toda a cidade, evitando distorções que têm sido verificadas tanto na elaboração quanto na execução do nosso extraordinário orçamento. Nossa cidade saiu de um orçamento de R\$ 37 milhões em 1994 para um orçamento proposto e subdimensionado de R\$ 802 milhões para o ano de 2005.

Neste documento também é importante fazer referência às Instituições que nos últimos anos fizeram parte do debate sobre o orçamento deste ano, além da **Cidade 21**, **SEPE** – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação; **ACIC** – Associação Comercial e Industrial de Campos; **CERNOR** – Centro de Estudos do Norte Fluminense; **CRESS** – Conselho Regional de Serviço Social; **STAECNON** – Sindicato dos Trabalhadores em Saneamento do NF; **CEFET** – Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos; **CNFCN** – Centro Norte Fluminense de Conservação da Natureza; **SINDIPETRO-NF** – Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense; **CMPDCA** – Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; **MST- RJ** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; **SINPAF** – Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário; **PT** - Partido dos Trabalhadores; **PSDB** – Partido da Social Democracia

Brasileira; **PMN** – Partido da Mobilização Nacional; **FESEP-RJ** – Federação dos Servidores Públicos Municipais – RJ; **Associação de Moradores** Residencial Lagoa das Pedras; **Conselho Tutelar** do Centro de Campos; Conselho Tutelar da Margem Esquerda; **Pastoral do Menor** e do Adolescente; **Sindicato dos Vigilantes**; **UCAM**-Campos – Universidade Cândido Mendes; **SINTPROQ** – Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas; **FIRJAN**; **OAB**-12ª Subseção.

Na Audiência Pública do dia 26 de novembro de 2001 para debater o orçamento de 2002, as entidades da sociedade civil apresentaram emendas no valor de R\$ 75,3 milhões. As negociações redundaram na aprovação de um total de R\$ 26,17 milhões, equivalentes a 6% do orçamento total aprovado de R\$ 434 milhões.

Na Audiência Pública do dia 22 de novembro de 2002 para debater o orçamento de 2003, as entidades da sociedade civil apresentaram emendas no valor de R\$ 99 milhões. As negociações redundaram na aprovação de um total de R\$ 61 milhões, equivalentes a 13,1% do orçamento total aprovado de R\$ 465 milhões.

Em 23 de outubro de 2003 na Audiência Pública que debateu o orçamento de 2004, 5 entidades da sociedade civil e 2 partidos políticos apresentaram um total de R\$ 101 milhões em emendas ao orçamento de R\$ 600 milhões apresentado pelo executivo. Estas foram as emendas apresentadas:

Área de Educação:

- De R\$ 83,784 para R\$ 107,84 milhões. Emenda total de R\$ 24 milhões.

Área de Saúde:

- De R\$ 51,6 para R\$ 71,6 milhões. Emenda total de R\$ 20 milhões.

Área de Trabalho e Renda:

- **Agricultura**- De R\$ 11,090 para R\$ 21,090 milhões. Emenda total de R\$ 10 milhões.

- Desenvolvimento, Geração de Emprego e Renda – FUNDECAM

- De R\$ 15 milhões para R\$ 30 milhões. Emenda no total de R\$ 15 milhões.

Área de Promoção Social

- De R\$ 22,564 para R\$ 34,564 milhões. Emenda no total de R\$ 12 milhões.

Área de Meio Ambiente

- De R\$ 6,2 milhões para R\$ 11,2 milhões. Emenda no total de R\$ 5 milhões.

Reajuste Salário Servidor Público e correção do PCS.

Emenda no total de R\$ 15 milhões.

Valor Total das Emendas: R\$ 101 milhões.

É importante destacar que em 2001 e 2002, onde se discutiu respectivamente os orçamentos de 2002 e 2003, as emendas apresentadas pela sociedade civil e negociadas com os vereadores líderes das bancadas foram aprovadas, nos seus valores, mas não foram acompanhadas das descrições das emendas nos respectivos

anexos, inclusive na redação do PPA 2002-2005. Esta falta acabou permitindo que o Executivo Municipal gastasse em outras atividades. As emendas acabaram por produzir apenas os respectivos aumentos nas dotações das secretarias, desacompanhadas dos programas e ações propostos e acordados com os vereadores.

Na prática apesar das emendas aprovadas, o Poder Executivo não operacionalizou o orçamento aprovado e sim o que lhe interessa. Além disto, observou-se nos orçamentos de 2002 e 2003 que, apesar da aprovação das emendas da sociedade civil, na avaliação da Cidade 21, estes orçamentos ficaram com sérias distorções que devem ser analisadas pela Sociedade:

- Alto valor destinado ao Gabinete do Prefeito que ficou no orçamento de 2003 com R\$ 45 milhões quase 10% do orçamento total do município, sendo que o valor inicialmente proposto pelo executivo havia sido de R\$ 70,615 milhões. Sabe-se que a execução orçamentária por parte do Gabinete sofre menos restrições em termos de exigências de controle e de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas. É provável que nenhum dos municípios brasileiros tenha dotação tão grande preso ao Gabinete do Prefeito;

- Ainda vale questionar os valores percentuais destinados à Educação e Saúde abaixo dos valores determinados constitucionalmente de 25% e 12% respectivamente;

No ano passado pela primeira vez as emendas da sociedade civil foram totalmente ignoradas. Nenhuma das propostas apresentadas foi aprovada em plenário quando da aprovação da Lei Nº 7.558/2003. Em março deste ano (2004) o executivo aprovou nova Lei Nº 7.560/2004, que elevou o orçamento total do orçamento deste ano para R\$ 633 milhões e amparou algumas propostas da sociedade civil: elevando os orçamentos das seguintes secretarias: Educação (+ R\$ 13,4 milhões); Saúde (+ R\$ 22,9 milhões); Agricultura (+ R\$ 8,5 milhões); Promoção Social (+ R\$ 6 milhões); Meio Ambiente (+R\$ 2,6 milhões); EMHAB (+ R\$ 9,5 milhões). Foram diminuídos os recursos das seguintes áreas: Fundação Dr. Geraldo Venâncio (- R\$ 6,5 milhões); Controle e Planejamento (-R\$ 3 milhões); Reserva de Contingência (- R\$ 9,6 milhões); Fundação Geraldo Venâncio (-R\$ 6,5 milhões); Fundação João B. Martins (- R\$ 5,7 milhões) e Fundação Trianon (- R\$ 800 mil). Na área de Saúde considerando o aumento da verba da Secretaria (+ 22,9 milhões) com as reduções nas duas fundações mantenedoras do Hospital Ferreira Machado e Hospital Geral de Guarus o resultado ainda é positivo com um aumento de (+ R\$ 10,7 milhões). No final das contas, se for considerada esta nova lei com a suplementação de mais R\$ 33 milhões ao orçamento de 2004, foram contempladas as emendas das entidades da sociedade civil no valor de R\$ 50,7 milhões, embora, mais uma vez estes valores tenham sido acrescidos aos orçamentos das secretarias afins sem o detalhamento desacompanhados de programas e ações a serem implementados.

Por fim, a Cidade 21, quer reafirmar que pretende contribuir com o debate das questões acima expostas, levantando questões a serem debatidas como as análises expostas abaixo:

Evolução do orçamento de Campos dos Goytacazes (R\$ milhões)

| 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 37 | 65 | 71 | 67 | 83 | 95 | 144 | 228 | 434 | 465 | 600 | 802 |

Comparativo por Secretarias

| Secretarias/Setores da PMCG | Orçamento 2002 (R\$)* | | Orçamento 2003 (R\$)** | | Orçamento 2004 (R\$) | | Orçamento 2005 (R\$) | |
|---------------------------------------|-----------------------|-------------|------------------------|-------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Câmara Municipal | 8,4 milhões | 1,94% | 9,784 milhões | 2,1% | 15,431 milhões | 2,57% | 13,216 milhões | 1,64% |
| Procuradoria Geral | 1,85 | 0,43% | 8 | 1,7% | 3,46 | 0,57% | 3,94 | 0,49% |
| Gabinete do Prefeito | 79,53 | 18,32% | 45,615 | 9,8% | 100,409 | 16,73% | 75,825 | 9,45% |
| Secretaria de Governo | 2,65 | 0,61% | 2,65 | 0,57% | 3,915 | 0,65% | 691 mil | 0,09% |
| Secretaria de Ind./Com/Turismo | 4,06 | 0,94% | 4,835 | 1,04% | 3,318 | 0,55% | 2,502 | 0,31% |
| Secretaria Controle/ Planejamento | 6,71 | 1,55% | 5,5 | 1,18% | 11,998 | 2% | 11,825 | 1,47% |
| Secretaria de Comunicação Social | 3,2 | 0,74% | 2,2 | 0,47% | 6,297 | 1,05% | 8,495 | 1,06% |
| Secretaria de Administração | 130,7 | 30,1% | 138,73 | 29,81% | 65,604 | 10,93% | 82,457 | 10,28% |
| Secretaria de Fazenda | 400 mil | 0,09% | 540 mil | 0,11% | 3,757 | 0,62% | 1,350 | 0,17% |
| Secretaria de Obras e Urbanismo | 34,64 | 7,98% | 49,946 | 11,1% | 35,714 | 5,95% | 78,865 | 9,83% |
| Secretaria de Transportes | 480 mil | 0,11% | 250 mil | 0,05% | 5,947 | 0,99% | 8,288 | 1,03% |
| Secretaria de Limpeza Pública | 7,04 | 1,62% | 8 | 1,72% | 26,912 | 4,48% | 25,133 | 3,13% |
| Secretaria Educação e Cultura | 72,96 | 16,8% | 89,281 | 19,18% | 83,784 | 13,96% | 134,654 | 16,79% |
| Secretaria de Saúde | 37,33 | 8,6% | 58,603 | 12,16% | 51,651 | 8,61% | 117,621* | 14,66% |
| Secretaria de Agricultura | 6,65 | 1,53% | 10,45 | 2,24% | 11,090 | 1,85% | 10,637 | 1,32% |
| Secretaria de Promoção Social | 15,71 | 3,62% | 19,626 | 4,21% | 22,564 | 3,76% | 25,015* | 3,12% |
| Secretaria de Meio Ambiente | 12,2 | 2,82% | 9,221 | 1,98% | 6,620 | 1,10% | 11,663 | 1,45% |
| Secretaria Defesa do Consumidor | 481 mil | 11% | 452 mil | 0,09% | 550 mil | 0,09% | 381 mil | 0,05% |
| Secretaria de Justiça e Assist. Jud. | 150 mil | 0,03% | | | 2,088 | 0,35% | 379 mil | 0,05% |
| Reserva de Contingência | 8,95 | 2,06% | 6,651 | 1,43% | 15 | 2,5% | | |
| Guarda Municipal | | | 3,5 | | 11,682 | 1,66% | 1,642 | 0,20% |
| Campos Luz | | | 381 mil | | 2,241 | 0,37% | 3,132 | 0,39% |
| CODEMCA | | | 50 mil | | 3 | 0,5% | 2,628 | 0,33% |
| EMHAB | | | 428,2 mil | | 14,843 | 2,47% | 12,920 | 1,61% |
| EMUT | | | 207 mil | | 997 mil | 0,16% | 1,258 | 0,16% |
| FMIJ | | | 7,531 | | 7,182 | 1,2% | 5,6 | 0,7% |
| FCJOL | | | 1,557 | | 1,863 | 0,31% | 5,592 | 0,70% |
| Fundação Dr. Geraldo Venâncio | | | | | 21,718 | 3,62% | 28,245 | 3,52% |
| Fundação João Barcelos Martins | | | 4,9 | | 45,175 | 7,53% | 45,0 | 5,61% |
| Fundação Municipal Esportes | | | 4,643 | | 5,605 | 0,93% | 5,492 | 0,68% |
| Fundação Municipal Zumbi dos Palmares | | | 140 mil | | 300 mil | 0,05% | 300 mil | 0,04% |
| Fundação Municipal Teatro Trianon | | | 9,215 | | 9,275 | 1,54% | 5,600 | 0,70% |
| FUNDECAM** | | | | | | | 39,965 | 4,98% |
| PREVCAMPOS*** | | | | | | | 30,263 | 3,77% |
| TOTAL | 434.257.950,00 | 100% | 465.342.466,00 | 100% | 600.000.000,00 | 100% | 802.016.822,07 | 100% |

* Foram consideradas e adicionadas, para fins de comparação com os anos anteriores, as dotações previstas para os Fundos nas áreas de Saúde e Promoção Social.

Principais Receitas

| Tipos de Receita | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|--|-----------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Royalties | R\$ 255 milhões 58,6% | R\$ 287 milhões 60,5% | R\$ 374 milhões 62,3% | R\$ 501 milhões 62,5% |
| Transferências União e Estado | R\$ 149,1 milhões 34,4 % | 144,6 milhões 32,1% | 195 milhões 32,6 % | 226,8 milhões* 28,3% |
| Impostos | R\$ 22,1 milhões 5,1% | 24,9 milhões 5,5% | 23 milhões 3,8% | 23 milhões 2,8% |
| Multas, Inden., Dívida ativa, Ex. Anteriores, Receitas Patrimoniais e outros | R\$ 8,0 milhões 1,9% | 8,5 milhões 1,9% | 8 milhões 1,3% | 51,2 milhões** 6,4% |
| TOTAL | 434 milhões | 465 milhões | 600 milhões | 802 milhões |

* Nestes valores estão abatidos os R\$ 24,4 milhões do FUNDEF, da mesma forma que se apresenta no orçamento;

** O crescimento vertiginoso deste valor para 2005 se deve o aumento feito pela Prefeitura na previsão das Receitas Patrimoniais que saíram de R\$ 4 milhões para R\$ 34 milhões em função das aplicações financeiras.

Distribuição da Arrecadação Própria da Prefeitura

| Tipo de Imposto | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| IPTU | R\$ 5,6 milhões (1,3%) | R\$ 6,1 milhões (1,3%) | R\$ 6,2 milhões (1%) | R\$ 9,5 milhões (1,2%) |
| ISS | R\$ 12,9 milhões (3,1%) | R\$ 14 milhões (3,1%) | R\$ 15 milhões (2,5%) | R\$ 17 milhões (2,1%) |
| ITBI | R\$ 1,2 milhão (0,3%) | R\$ 1,3 milhão (0,3%) | R\$ 1,5 milhão (0,25%) | R\$ 1,5 milhão (0,18%) |
| Taxas e Outros | R\$ 2,2 milhões (0,5%) | R\$ 3,5 milhões (0,8%) | R\$ 4,7 milhões (0,8%) | R\$ 4,4 milhões (0,5%) |
| Total | R\$ 21,9 milhões | R\$ 24,9 milhões | R\$ 27,4 milhões | R\$ 32,4 milhões |

* % em relação ao orçamento total

Relação de Orçamentos Municipais de algumas capitais e cidades de médio porte em diversas regiões do país no ano de 2003:

| Cidades | Orçamento (milhões) | População (mil) | Orçamento / Habitante | IDH- M 2000 | Posição Ranking IDH-M |
|--------------------------|---------------------|-----------------|-----------------------|-------------|-----------------------|
| Campos dos Goytacazes-RJ | 802* | 422 | R\$ 1.900,00 | 0,752 | 1.818° |
| Florianópolis - SC | 481 | 342 | R\$ 1.406,00 | 0,881 | 4° |
| Porto Alegre - RS | 1.586 | 1.360 | R\$ 1.161,00 | 0,865 | 11° |
| Vitória - ES | 447 | 292 | R\$ 1.530,00 | 0,856 | 18° |
| Curitiba - PR | 1.587 | 1.940 | R\$ 818,00 | 0,856 | 19° |
| São Paulo - SP | 10.593 | 10.434 | R\$ 1.015,00 | 0,841 | 68° |
| Niterói - RJ | 403 | 459 | R\$ 877,00 | 0,886 | 3° |
| Santos - SP | 491 | 417 | R\$ 1.177,00 | 0,871 | 6° |
| Joinville | 419 | 429 | R\$ 976,00 | 0,857 | 14° |
| Caxias do Sul | 370 | 360 | R\$ 1.027,00 | 0,857 | 16° |
| Blumenau - SC | 158 | 261 | R\$ 605,00 | 0,856 | 20° |
| Ribeirão Preto - SP | 450 | 505 | R\$ 818,00 | 0,855 | 22° |
| Campinas - SP | 1.003 | 969 | R\$ 1.035,00 | 0,852 | 26° |
| Cabo Frio - RJ | 170 | 126 | R\$ 1.349,00 | 0,792 | 751° |
| Macaé - RJ | 372 | 132 | R\$ 2.818,00 | 0,790 | 815° |

*Orçamento de Campos previsto para 2005.

** Os orçamentos dos outros municípios são referentes a 2003.

Análise detalhada e comparativa com orçamentos anteriores: (para reflexão e debates)

1 – Para início da análise, mais uma vez é importante ressaltar a fantástica evolução do orçamento municipal, de 1994 para 2005, onde o orçamento cresceu 21 vezes especialmente pela receita dos royalties do petróleo responsável diretamente por 62% deste último orçamento. Pode-se afirmar que “Campos é uma cidade que ficou rica”, com um crescimento de receita em tão curto espaço de tempo, não existindo na história da República do país nenhuma similaridade em quaisquer uma das outras 5.569 cidades brasileiras. Nem mesmo as cidades que tiveram investimentos resultantes da instalação de pólos industriais, conseguiram crescer tão rapidamente suas receitas como agora acontece em Campos. Por tudo isso, reafirma-se a necessidade para que haja uma boa utilização destes recursos, transformando-o efetivamente em “vantagem comparativa” no aproveitamento desta oportunidade para o desenvolvimento econômico e social sustentável com a redução das desigualdades, com a geração de emprego e renda e conseqüente aumento da qualidade de vida.

2 - Observando as principais fontes de Receita da Prefeitura, mais uma vez se identifica a preponderância da receita dos royalties, que agora avançou para R\$ 501 milhões equivalentes a 62,5% do orçamento total. Muito provavelmente, como tem acontecido em anos anteriores a receita dos royalties está subestimada em mais ou menos R\$ 30 milhões. Estima-se que esta receita chegue a casa dos R\$ 530 milhões, em função da entrada em produção de novas plataformas a ao preço médio do barril de petróleo no mercado internacional. Além disso, o saldo de exercícios anteriores em 2002 e 2003 ficou na casa dos R\$ 200 milhões que será acrescida a receita prevista acima.

3 – Ainda na avaliação das receitas observa-se que a receita própria da Prefeitura continua proporcionalmente baixa e em declínio. Era de 7% do total do orçamento em 2003 caindo para 4,6% em 2005, sendo os outros 95% conseqüência de repasses da união e do estado e principalmente da receita dos royalties. Esta situação é idêntica à da maioria dos municípios brasileiros que não tem uma atividade econômica mais dinâmica, mas difere fundamentalmente das capitais e mesmo nas cidades de porte médio em outras regiões do país como Joinville, Londrina e Juiz de Fora.

4 - Chama atenção a extraordinária verba do Gabinete do Prefeito que saiu de R\$ 2,2 milhões em 2001 para R\$ 79 milhões em 2002. Em 2003 foi proposto pelo executivo R\$ 70 milhões e aprovado R\$ 45,6 milhões, 2004 R\$ 100 milhões, depois reduzido para R\$ 93,9 milhões e para 2005 reduzida, mais ainda altíssima em 75,8 milhões. Sabe-se que a explicação que se dá para tão grande destinação é a de que as gerências que teoricamente são subordinadas à Secretaria de Planejamento, na prática estão penduradas na estrutura organizacional do Gabinete do Prefeito. O questionamento aumenta na medida que se sabe que a verba de gabinete permite alocações diversas diferentes daquelas previstas inicialmente.

5 – Importante a elevação da previsão orçamentária para Educação e Saúde. Educação saiu de R\$ 83,78 milhões (13,9%) em 2004 para R\$ 139,24 milhões (17,3%) como previsão para 2005. Na saúde elevou de R\$ 118,5 milhões (19,7%) para R\$ 190,86 milhões (23,8%) na previsão para 2004. Estão incluídas nestes valores, as dotações previstas para o Fundo Municipal da Saúde. Bom também que tenha oficializado, pelo menos no orçamento, a separação a função Educação da Cultura;

6 – Positiva a especificação da dotação orçamentária para os Fundos de maneira independente e não vinculados às secretarias. Isto é um avanço, porque por lei, os Fundos têm uma gestão acompanhada por conselhos; (ex.: Saúde, Assistência social, e FUNDECAM);

7 – O percentual de crescimento do orçamento de 2005 em relação ao de 2004 foi de 33,7%, enquanto para o mesmo período, a previsão de gastos com pessoal cresceu 38% e as despesas de custeio da máquina administrativas cresceram 35,3%, isto significa que a máquina está ficando cada vez mais cara. Em 2004 os gastos previstos com pessoal foram de R\$ 178,5 milhões ou 29,7% do orçamento total. Para 2005 está se prevendo R\$ 247,8 milhões, equivalentes a 30,9% do total. Bom

que aí esteja sendo previsto as correções do novo PCS e ainda um reajuste mais significativo ao servidor e não apenas a contratação indiscriminada de pessoal de serviços prestados.

8 – As despesas chamadas correntes, onde está alocado o “custeio” ou as despesas com as atividades meio, foram previstas em R\$ 201 milhões ou 33,5% do total para este ano e em R\$ 271,9 milhões, equivalentes a 33,9% do total para o orçamento de 2005. Embora em termos percentuais os valores tenham ficado praticamente estabilizados, em números absolutos cresceu 35% ou R\$ 70,9 milhões em um ano. Considerando que as receitas dos royalties são finitas e que ao fim das mesmas, ou mesmo com o seu decréscimo, será preciso reduzir um pouco o peso desta despesa em relação ao total. É preciso se saber, que por melhor que se invista no incremento de atividades econômicas, geração de empregos, etc., jamais se chegará com arrecadação de impostos, a igualar, ou mesmo se aproximar, do que hoje é recebido como royalties. Daí que o ideal é que a maior parte do dinheiro dos royalties seja investida em infra-estrutura que no futuro demandará apenas manutenção. O FUNDECAM é outro investimento interessante, não só pelo incremento no emprego e na atividade produtiva, mas também pelo retorno do dinheiro investido. Muito boa a idéia também de criar um triangulação com o BNDES, onde o investidor pegaria o capital principal e o FUNDECAM bancaria apenas parte dos juros deste empréstimo via o BNDES.

9 – Os recursos previstos para os chamados investimentos, ou melhor, despesas de capital foram de R\$ 184,3 milhões em 2004 e de R\$ 252,7 milhões para 2005. Aqui são investidos recursos para novos projetos, atividades e operações especiais. Eles cresceram em torno de 1% do orçamento total e em números absolutos a quantia de R\$ 68,4 milhões, pouco menos que as despesas de pessoal e das despesas correntes. Interessante observar que hoje as despesas da prefeitura se dividem, grosso modo, em 3 partes quase iguais: pessoal, despesas correntes e investimentos de capital. Aqui mais uma vez se vê a situação atípica em relação aos orçamentos das demais prefeituras que não possuem royalties. A capacidade investimento da PMCG que está em 31,5% do orçamento nas demais prefeituras dificilmente ultrapassa 15% do total do orçamento.

10 – É inaceitável o pedido de suplementação de 40% embutido no texto do Projeto de Lei No. 0188/04 em que o executivo propôs à Câmara Municipal o orçamento de 2005. O pedido de autorização de abertura de créditos suplementares de até 40% do total das despesas fixadas no texto da lei é um valor exorbitante. Mesmo sabendo que tecnicamente se chama suplementação não só ao excesso do valor arrecadado, mas também as mudanças na destinação dos recursos entre e dentro das secretarias o valor é abusivo. O percentual adequado seria de 10%. O valor máximo aceitável é de 20%. Acima deste valor, a destinação de recursos deve ser solicitada à Câmara e seria desejável que, de alguma forma fosse ouvido setores da sociedade. Para reforçar a tese observe estes números: 40% de R\$ 802 milhões é igual a R\$ 320,8 milhões. Este valor é R\$ 70 milhões superior a tudo que o município tem para gastar em investimentos de capital (R\$ 252,7 milhões). Fora daí só há as despesas de pessoal, onde não há mudanças significativas, mais as despesas de custeio ou manutenção das atividades, onde também não há alterações que mereçam registros, até porque as dotações para estas despesas são gerais e permitem redirecioná-las sem que seja preciso autorização. Portanto, se mais uma vez ficar valendo os 40%, significa que tudo que for aprovado para novos investimentos em emendas da sociedade civil e dos vereadores poderá ser mudado sem prestar contas a ninguém. Repito tudo pode ser alterado. Se este percentual for aprovado, a participação da sociedade será mais uma vez inócua. Isto ajuda a explicar porque cada vez menos pessoas e entidades da sociedade civil se interessam por este debate. Pelos motivos já postados, espera-se que o prefeito eleito modifique este quadro para ter efetivamente uma interlocução saudável e propositiva com estas entidades.

11 – Os recursos destinados ao **FUNDECAM** no ano de 2003 foi de R\$ 7,2 milhões, para o ano de 2004 foi projetado em R\$ 15 milhões e para 2005, em R\$ 39,965 milhões. O aumento que se deu foi aproximadamente o que havia sido proposto pelas entidades da sociedade civil nas emendas propostas ao orçamento de 2004. Este é um importante programa, especialmente para fomento e financiamento de Projetos para Micro e Pequenas Empresas. Volta-se, porém, a sugerir a ampliação da composição do Conselho Gestor do FUNDECAM previsto na Lei Nº 7.084 de 02 de julho de 2001, para permitir a participação de outros segmentos da sociedade civil. Da forma como foi composto praticamente só prevê assento de representantes governamentais, retirando o espírito de

participação da sociedade civil organizada junto com o poder constituído legitimamente eleito. A ampliação do escopo desta participação daria um caráter mais democrático nas análises e no direcionamento dos projetos de maior interesse da sociedade, assim como garantiria aquilo que se convencionou chamar de controle social.

12 – Unindo os orçamentos **do Gabinete do Prefeito** com as **Secretaria de Obras (R\$ 75,8 milhões + R\$ 78,8 milhões)** teremos um orçamento **de R\$ 154,6 milhões aproximadamente 20% (1/5 do orçamento total)**. Este valor equivale também a 61% de todo o recurso existente no orçamento para investimentos da ordem de R\$ 252,7 milhões. Ou seja, tirando a parte do orçamento destinado ao pagamento de pessoal mais as despesas correntes, o que se tem realmente para investir está alocada basicamente nestes dois setores. Aqui vale lembrar que grande parte dos recursos do Gabinete do Prefeito é operacionalizando na prática pela Secretaria de Planejamento que é quem tem atribuição de coordenar o trabalho dos gerentes e sub-gerentes, de acordo com a LEI 7.067/01. Isto confirma que na prática a Secretaria de Planejamento acaba sendo mais uma secretaria executora de obras, do que propriamente um órgão de Planejamento, pois na prática ela opera com uma super-estrutura com 10 Gerências 10 sub-gerências entre outros cargos que totalizam 33 funções de confiança. Mais grave ainda é observar no corpo desta Lei que as Gerências têm atribuições nas mesmas áreas das Secretarias e ou Fundações: Educação, Esporte, Cultura, Infra-estrutura, etc..

13 – Na **Secretaria de Obras e Urbanismo** foi alocado para 2005 recursos de R\$ 78,8 milhões, aproximadamente 10% do orçamento total. Basicamente o dobro, em termos proporcionais, do que foi alocado para 2004. As principais ações previstas são:

| | |
|---|-------------------|
| - Construção do Terminal Pesqueiro | R\$ 9,64 milhões; |
| - Construção do CAI (Centro de Atendimento Integrado) | R\$ 8,87 milhões; |
| - Construção do Projeto Aldeia Esperança - Guarus | R\$ 2,28 milhões; |
| - Construção do Projeto Aldeia Esperança – Donana | R\$ 1,95 milhão; |
| - Construção de cisternas e drenagens pluviais | R\$ 5 milhões; |
| - Pavimentação asfáltica (estradas) | R\$ 14,8 milhões; |
| - Pavimentação asfáltica (urbana) | R\$ 8,9 milhões; |
| - Pavimentação em paralelepípedo | R\$ 5,8 milhões; |
| - Manutenção de estradas vicinais | R\$ 1,38 milhões. |

Obs.: O Projeto Aldeia Esperança em Guarus, no Pq. Rio Branco estava previsto para este ano e no dia 13/11/04 saiu a publicação do adiamento “*sine dia*” da licitação pela CPL (Comissão Permanente de Licitação). O Terminal Pesqueiro não se tem mais detalhes. Não se sabe se o projeto provavelmente previsto para Barra do Furado, será só para apoio a atividades de pesca. Se for para apoio a atividades de petróleo “*off shore*”, já deveria ter um outro nome de batismo. As dotações previstas para pavimentação na área urbana ou rural deveriam vir acompanhadas de metas. Não se sabe se o que é CAI (Centro de Atendimento Integrado). Se for a implantação de um local de atendimento centralizado de todo o serviço que o cidadão demanda da prefeitura para receber alvará, tirar documentos, certidões etc., que já foram implantados em outros municípios é muito bem vindo, embora a dotação de recursos pareça exagerada, mesmo que se esteja prevendo recursos não só para obras, mas também para mobiliário, sistemas e informatização.

14 - **A Secretaria de Comunicação Social** no orçamento deste ano (2003) tinha projetado um orçamento de R\$ 6,2 milhões, que foi cortada pela emenda das entidades da sociedade civil, caindo para R\$ 2,2 milhões. No orçamento de 2004 a quantia elevou-se novamente para R\$ 6,297 milhões ou quase R\$ 525mil/ mês para pagar basicamente aos órgãos de comunicação (TV, Rádios, Jornais). Para 2005 a Comunicação Social tem dotação prevista de R\$ 8,495 milhões ou R\$ 23 mil por dia. Por mais que seja necessário se comunicar com a população, ouvindo suas necessidades e informando o que está sendo feito parece exagerada esta quantia, principalmente por se tratar de uma cidade fora da região metropolitana onde teoricamente os gastos com a mídia tendem a ser menores.

15 - **A área de Agricultura** tão propalada como prioridade para a geração de emprego na cidade não surge como tal, refletida no orçamento. Em 2004 o setor teve orçamento de R\$ 11 milhões e

para 2005 está se prevendo apenas o percentual de 1,32% do orçamento ou R\$ 10,637 milhões. No ano de 2004 as entidades da sociedade civil propuseram um orçamento para agricultura de pelo menos R\$ 21 milhões.

15.1 – As emendas das entidades da sociedade civil para agricultura para 2004 foram:

Aumentar a dotação proposta pelo executivo de R\$ 11,090 milhões para R\$ 21,090 milhões a serem alocados nas seguintes ações:

– **Criação de um Programa de Assentamento Rural** nos seguintes assentamentos: Novo Horizonte, Zumbi dos Palmares, Che Guevara, Antônio de farias, Oziel Alves e Ilha Grande.

Ações:

- Construção de viveiros de Mudas. R\$ 320 mil
- Plantio e acompanhamento de mudas nativas e frutíferas em nascentes, beira de rios e córregos (recomp. da mata ciliar) e estradas e acesso rurais; R\$ 360 mil
- Preparo do Solo e Plantio (aquisição de máquinas); R\$ 820 mil
- Construção de Poços Artesianos e Apoio para implantação da Irrigação; R\$ 600 mil
- Construção de tanques para piscicultura . R\$ 240 mil
- Contrat. de Assist. Técnica p/ apoio às atividades dos Assentamentos Rurais R\$ 200 mil
- Capacitação dos assentados p/ irrigação, cultivo e comercialização de produtos: R\$ 300 mil
- Apoio e capacit. p/ organização de cooperativas agrícolas e/ou agro-industriais; R\$ 160 mil

Valor da Emenda: R\$ 3 milhões;

– **Criação de um Programa de Organização da Produção e Formação de Cadeias Produtivas –**

Ações:

- Apoio a organização de Pequenas associações ou consórcios; R\$ 400 mil
- Aquisição de Patrulhas Mecanizadas R\$ 700 mil
- Apoio a organização de cooperativas agrícolas e/ou agro-industriais; R\$ 600 mil
- Capacitação de pequenos produtores em técnicas de irrigação, cultivo e comercialização de produtos; R\$ 500 mil
- Apoio a dinamização de projetos de Agricultura Familiar e Pequeno Produtor R\$ 800 mil

Valor da Emenda: R\$ 3 milhões;

– **Apoio e reforço à ampliação dos Programas Rio-cana e Frutificar do governo estadual:**

Valor da Emenda: R\$ 2 milhões;

– **Apoio para viabilizar unidades agroindustriais que tenham a participação de consórcios de produtores**

Valor da Emenda: R\$ 2 milhões

15.2 – Na proposta orçamentária de 2005 estão previstos os seguintes projetos e/ou atividades:

- Aquisição de máquinas e implementos R\$ 2,08 milhões;
- Manutenção de parques e jardins R\$ 658 mil;
- Melhoramento genético para rebanho leiteiro R\$ 330 mil;
- Construção de bebedouros para animais R\$ 400 mil;
- Construção de poços artesianos R\$ 801 mil;
- Manutenção da feira da roça R\$ 300 mil;
- Assentamentos rurais R\$ 250 mil;
- Captação de água para irrigação R\$ 250 mil;
- Manutenção de tanques para criação de peixes R\$ 778 mil;
- Projetos de apoio ao produtor R\$ 1,969 milhões;
- Atividades de manutenção da secretaria R\$ 1,715 milhões;

Obs.: a - As duas últimas atividades que representam a 35%, mais de 1/3 de todo os recursos da secretarias e estão em rubricas que identificam a falta de planejamento e para isto se prevê uma quantidade proporcional de dinheiro grande para “apagar incêndios”.

b – Deveria ser aberta uma rubrica para iniciar um projeto de biodiesel. Deveria ser formado um grupo de trabalho com a participação de produtores, para estudar o apoio do governo federal a ações nesta área e identificar o que aqui pode ser feito como alternativa a era pós-petróleo.

16 - A verba da **Secretaria de Limpeza Pública** a Prefeitura aumentou de R\$ 8 milhões em 2003 para R\$ 26,9 milhões em 2004 e para 2005 tem dotação prevista de R\$ 25,13 milhões. No PPA 2002-2005 foi aprovada para o ano de 2005 a quantia de 9,3 milhões para o Programa de Limpeza Urbana e agora está sendo proposta a quantia de 25,13 milhões para esta Secretaria. No mesmo PPA para os quatro anos de 2002 até 2005 foi previsto um total de 30,9 milhões que é pouco maior que a dotação apenas para 2005. No ano de 2004 esta Secretaria possuía 4 ações com as seguintes dotações: Coleta de lixo domiciliar para 32 setores - R\$ 7,33 milhões; Varrição Urbana para 132 mil Km - R\$ 7,33 milhões; Limpeza geral em 12 mil Km - R\$ 7,33 milhões; Disque Entulho para atendimento de 5.760 domicílios - R\$ 1,99 milhões. Na proposta de 2005 apenas está especificado “Manutenção das atividades da Secretaria de Limpeza Pública”. Este valor é muito alto para ser informado desta forma.

17 – Também na **Secretaria de Administração**, há uma apresentação resumida onde praticamente todas as atividades descritas são para “manutenção das atividades da secretaria”, sem maiores especificações como se deu até o orçamento de 2004. Neste foi identificado recursos para: apoio as atividades administrativas e capacitação; Apoio às atividades operacionais; Equipamentos de Informática; Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais. Também fica evidente que o pagamento de pessoal de todas as secretarias não fica especificado somente nesta secretaria, pois no resumo da apresentação do orçamento foi exposto que no pagamento de pessoal e encargos sociais há uma previsão de R\$ 247,8 milhões para 2005 contra R\$ 178,5 milhões no orçamento de 2004. É preciso pois, deixar evidenciado quanto se está gastando com pessoal nas outras secretarias, como acontecia anteriormente. Sem estas especificações de gasto com pagamento de pessoal fixo do plano de cargos e salários e os prestadores de serviço, fica impossível identificar o quanto de reajuste está sendo proposto para os servidores. No orçamento de 2005, também não há discriminação cara da parte que seria destinado aos inativos, ao pagamento de prestação de serviços de pessoa física e os valores referentes ao pagamento de combustíveis, Obrigações Patronais da PREVICAMPOS, pagamento INSS, Auxílio Transportes e Pagamento FGTS, etc.

18 – Os recursos da **Secretaria de Meio Ambiente** em 2002 foi de R\$ 12,2 milhões, após emendas da sociedade civil, sendo que nenhuma das ações proposta foi executada. No orçamento de 2003 a Prefeitura propôs a redução para 6,22 milhões. Com a Emenda das organizações da sociedade civil este valor foi novamente corrigido para R\$ 9,22 milhões, tendo sido reapresentada todas as ações não executadas no orçamento de 2002. No orçamento de 2004 foi aprovado novamente R\$ 6,2 milhões, depois na lei de março suplementado novamente para R\$ 9,22 milhões. Identifica-se uma mudança de postura em relação a área com a mudança do secretário no último ano de governo e principalmente com a reativação do CMMAU (Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo). Além disto, verifica-se também que algumas das propostas feitas deste a primeira audiência pública do orçamento começaram a ser executadas, embora ainda lentamente. As dotações propostas para a área são:

| | |
|---|------------------|
| - Monitoramento da quantidade e qualidade da água | R\$ 700 mil; |
| - Desenvolvimento do plano de macro-dragagem | R\$ 4,0 milhões; |
| - Materialização da faixa marginal das lagoas | R\$ 560 mil; |
| - Despoluição da Lagoa do Vigário | R\$ 495 mil; |
| - Elaboração do Plano Diretor | R\$ 400 mil; |
| - Conservação da flora e fauna municipal | R\$ 664 mil; |
| - Arborização pública | R\$ 1,62 milhão; |
| - Cursos, simpósios, congressos e consultoria técnica | R\$ 550 mil; |
| - Manutenção do zoneamento ecológico – econômico | R\$ 300 mil; |
| - Criação de mecanismos p/ abordagem temas ecológicos | R\$ 548 mil; |
| - Manutenção das atividades da secretaria | R\$ 1,8 milhão. |

Propostas da sociedade civil para meio ambiente apresentada no CMMAU (Conselho):

01- Capacitação dos Conselheiros do CMMAU com curso de palestras sobre diagnóstico dos problemas ambientais regionais e municipais, ecologia urbana, planejamento urbano e possíveis soluções de problemas, a ser ministrado por especialistas contratados fora do Município. Valor da Emenda: R\$ 300 mil.

02- Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico do território municipal (ZEE), de acordo com o Art. 243, inciso I, da Lei Orgânica. Valor da Emenda: R\$ 700 mil.

- 03- Restauração da vegetação ciliar nativa no Rio Paraíba do Sul e suas ilhas. Valor da Emenda: R\$ 500 mil.
- 04- Eliminação das ligações clandestinas de esgoto na rede de águas pluviais ou diretamente nos ecossistemas aquáticos continentais, com prioridade para as áreas urbanas. Valor da Emenda: R\$ 500 mil.
- 05- Inventário, mapeamento e gravação com perpetuidade de todos os fragmentos de vegetação nativa existentes no município, de acordo com art. 243, inciso III, da Lei Orgânica. Valor da Emenda: R\$ 500 mil.
- 06- Formulação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Vale do Imbé e da Lagoa de Cima, de acordo com o Art. 47, inciso I, da Lei Municipal nº 5.251, de 27/12/1991, que instituiu o Plano Diretor do Município, e ajustando-o à Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação. Valor da Emenda: R\$ 250 mil.
- 07- Formulação do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Lagamar, de acordo com o Art. 47, inciso II, da Lei Municipal nº 5.251, de 27/12/1991, que instituiu o Plano Diretor do Município, e ajustando-o à Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação. Valor da Emenda: R\$ 250 mil.
- 08- Efetivar a criação da Área de Proteção Ambiental de Morro do Coco, de acordo com o Art. 47, inciso III, da Lei Municipal nº 5.251, de 27/12/1991, que instituiu o Plano Diretor do Município, e em conformidade com a Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação. Valor da Emenda: R\$ 400 mil.
- 09- Efetivar a criação do Parque Municipal do Taquaruçu (lagoa do mesmo nome e seu entorno, inclusive a Mata do Bom Jesus e a Mata de Angra), de acordo com o Art. 47, inciso IV, da Lei Municipal nº 5.251, de 27/12/1991, que instituiu o Plano Diretor do Município, e em conformidade com a Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação. Valor da Emenda: R\$ 400 mil.
- 10- Efetivar a criação do Parque Municipal do Itaoca em conformidade com a Lei Municipal nº 5.251, inciso V, de 27/12/1991 (Plano Diretor do Município) e com a Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação. Valor da Emenda: R\$ 400 mil.
- 11- Efetivar a criação de uma Unidade de Conservação para proteger o Manguezal da Carapeba, no Farol de São Tomé, de acordo com a Lei Municipal nº 5.251, Art. 48, e em consonância com a Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional das Unidades de Conservação. Valor da Emenda: R\$ 400 mil.
- 12- Restauração e Revitalização dos Canais Campos-Macaé e do Cula, ambos tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Valor da Emenda: R\$ 500 mil.
- 13- Criar um Centro de Recuperação e Reintegração de Animais Silvestres. Valor da Emenda: R\$ 300 mil.
- 14- Promover a atualização do Plano Diretor do Município de acordo com a Lei Federal nº 10.257, de 10/07/2001, que instituiu o Estatuto da Cidade. Valor da Emenda: R\$ 300 mil.

Observando as duas é possível ver que parte das propostas das entidades foi aceita e outras ou descartadas ou inseridas nas dotações gerais, especificadas como “manutenção das atividades da secretaria”.

19- Na Educação continua a discussão sobre o cumprimento do **Art. 153 da Constituição Federal** que determina a utilização do percentual de 25 % para a Educação. Há discussão é que este percentual deve ser calculado sobre as receitas correntes, estando portando, excluídas as receitas dos royalties. Todos os municípios da região estão seguindo este entendimento que continua sendo contestado via MP pelo SEPE. No orçamento de 2005 se manteve a desvinculação da dotação da FCJOL e do Trianon da Educação. O orçamento da área que em 2003 foi de R\$ 89,2 milhões. Caiu para R\$ 83,7 em 2004 e teve um significativo avanço para R\$ 139,4 milhões em 2005. Porém, precisa ser identificado se não estão embutidos aí recursos para fazer face as despesas com pessoal que antes era dotada na área de administração. Mais uma vez identifica-se uma simplificação exagerada sob o título “manutenção das atividades da secretaria”. Detalhamento que antes informava dotações em programas e ações foram suprimidas impedindo uma análise mais acurada. Veja exemplo da apresentação até o orçamento de 2004: Ações: Aluguel de veículos transporte alunos, gêneros e equipe de manutenção da SMEC; Aquisição de gêneros alimentícios e preparo de alimentação Ensino Fundamental; Aquisição de gêneros alimentícios e preparo de alimentação Ensino Infantil; Aquisição de material de limpeza para EU e SMEC; Aquisição de Uniforme completo para alunos da rede municipal; Aquisição de utensílios para merenda e reposição de gás; Distribuição de Leite B e biscoitos; “Programa: Aluno assistido sucesso garantido” - Ações: Aquisição de Kits e Material Esportivo; Aquisição e manutenção de instrumentos musicais; Implantação do Centro de Referência SMEC; “Programa: Criação de núcleos de alfabetização de

jovens e adultos”; “Programa: Nenhuma criança fora da escola”; Ações: - Ampliação das salas de aula; Construção de 16 unidades escolares; Convênios e parcerias órgãos federais, estaduais, mistas, particulares, universidades, etc.; Municipalização de escolas; Projeto Bolsa-Escola; Reforma de Unidades Escolares; “Programa: Primeiros passos” - Ações: Aquisição de equipamentos para novas creches e substituição; Aquisição de Gêneros para refeições creches; Aquisição de livro e material pedagógico; Construção de creches que hoje funcionam em prédios alugados R\$ 800 mil; Construção de novas creches; Desenvolvimento das atividades sócio-educativas para crianças de 3 meses a 6 anos; “Programa: Sucesso na escola” - Ações: Aquisição de livros e material didático e implantação de bibliotecas; Aquisição de material de consumo e gráfico para U.E e SMEC; Aquisição e manutenção de equipamento de informática; Capacitação contínua de professores não graduados de acordo com a LDB; Implantação de Internet nas U.E. ; Realização e participação em congressos, seminários e fóruns.

Todas estas informações foram suprimidas e substituídas genericamente por:

| | |
|---|-------------------|
| - Manutenção operacional da unidade | R\$ 29,8 milhões; |
| - Ensino Fundamental: - Construção e ampliação de prédios | R\$ 5,2 milhões; |
| - Manutenção operacional da unidade | R\$ 15,6 milhões; |
| - Subvenção a entidades educacionais | R\$ 8,1 milhões; |
| - Manutenção do ensino fundamental | R\$ 20 milhões; |

| | |
|---|---------------------------|
| - Ensino Superior: - Concessão de bolsas | R\$ 1,75 milhão + 62 mil; |
| - Ensino Médio: -- Manutenção do ensino médio | R\$ 60 mil; |

Obs. : valor irrisório em cima das demandas apresentadas no município, mesmo sabendo que esta é uma responsabilidade do governo estadual, há muito urge um investimento maior neste nível de ensino em nosso município;

| | |
|--|---------------|
| - Educação Infantil: - Construção de creches | R\$ 1 milhão; |
|--|---------------|

Obs.: É muito baixa a destinação de apenas R\$ 1 milhão para construção de creches o que significa a construção de no máximo quatro unidades. No orçamento de 2004 foi prevista a construção de seis unidades. Não se tem informação de quantas foram efetivamente construídas. Estima-se que há demanda para construção de dez novas creches, especialmente nos bairros da periferia e nos distritos;

Como já foi dito a análise fica muito prejudicada pela redução das informações.

20 – Com a dotação especificada para a **Secretaria Municipal de Saúde**, somadas ao Fundo Municipal de Saúde, a dotação da Fundação Benedito Pereira Nunes e a da Fundação Geraldo Venâncio, a discussão sobre o percentual mínimo de 15%, estipulado para a área de Saúde pela Emenda Constitucional 29, fica suspensa. A quantia de R\$ 190,86 milhões ou 23,8% (do total das receitas, independente da questão das receitas correntes, que excluem os royalties) é superior ao percentual exigido pela EC Nº 29. No orçamento de 2004, somando-se o total da secretaria, mais as duas fundações alcançava a cifra de R\$ R\$ 118,5 milhões ou 19,7% do total das receitas.

Da mesma forma que nas demais secretarias a redução das informações impedem uma análise mais detalhada sobre as verbas destinadas à manutenção dos programas e ações da secretaria e das duas fundações. O mesmo não acontece com os programas do Fundo Municipal de Saúde que tem programas e ações com dotações especificadas, sendo os de maior dotação:

| | |
|---|------------------|
| - Abastecimento geral da rede de saúde | R\$ 3 milhões; |
| - Apoio ao paciente | R\$ 6,4 milhões; |
| - Reorganização da atenção básica | R\$ 1,56 milhão; |
| - Manutenção das atividades dos Programas Especiais* | R\$ 773 mil; |
| - Universalização do atendimento odontológico | R\$ 725 mil; |
| - Implantação da Clínica de Especialidades Odontológica | R\$ 1,8 milhão; |
| - Supervisão das Unidades Odontológicas | R\$ 240 mil; |
| - Manutenção do Sistema Odonto Móvel | R\$ 680 mil; |
| - Assistência Integral à Saúde da Mulher | R\$ 582 mil; |
| - Programa DST/AIDS | R\$ 2,7 milhões; |
| - Programa Farmácia para Todos | R\$ 6,1 milhões; |
| - Programa de Tuberculose (construção de imóvel) | R\$ 400 mil; |
| - Marketing de Tuberculose | R\$ 300 mil; |

| | |
|--|-------------------|
| - Aquisição de veículos para prop. contra Tuberculose | R\$ 290 mil; |
| - Programa de Ortese e Prótese | R\$ 1 milhão; |
| - Incentivo ao combate a carências nutricionais | R\$ 2,83 milhões; |
| - Colônia da Terceira Idade | R\$ 920 mil; |
| - Manutenção do Programa Terceira Idade | R\$ 675 mil; |
| - Aquisição de veículos para transporte de pacientes | R\$ 670 mil; |
| - Aquisição de imóvel para Vigilância Sanitária | R\$ 400 mil; |
| - Avaliação e controle da Epidemiologia | R\$ 1,73 milhão; |
| - Programa Toxoplasmose | R\$ 596 mil; |
| - Projeto Resgate | R\$ 2,5 milhões; |
| - Implantação de projeto para controle de Culicídeos | R\$ 435 mil; |
| - Manutenção dos módulos avançados do CCZ | R\$ 1,6 milhões; |
| - Manutenção do Programa de controle de Zoonoses | R\$ 583 mil; |
| - Manutenção do Programa de controle da Dengue | R\$ 2,3 milhões; |
| - Implantação Diagnóstico para controle de morcegos e raiva | R\$ 405 mil; |
| - Manutenção de Atividade de controle de morcego e raiva | R\$ 1,15 milhão; |
| - Manutenção de Atividade de controle de animais peçonhentos | R\$ 248 mil. |

As atividades ligadas ao CCZ, mesmo retirando as verbas previstas para o programa de combate à dengue totalizam a quantia de mais de R\$ 6 milhões. Parece exagerado este valor, a não ser que haja justificativas apresentáveis. Controle de Morcego consumir mais de R\$ 1,5 milhão enquanto se reserva apenas R\$ 1 milhão para construção de creches?

As atividades e projetos especificados na secretaria se resumem a :

| | |
|---|-------------------|
| - Informatização da rede | R\$ 1,58 milhões; |
| - Realização de obras, reformas e ampliações | R\$ 3 milhões; |
| - Abastecimento de medicamentos básicos à população | R\$ 2,81 milhões; |
| - Construção de farmácia de manipulação municipal | R\$ 1 milhão; |
| - Manutenção operacional da secretaria | R\$ 55,5 milhões; |

Fundação João Barcelos Martins:

| | |
|---|-----------------|
| - Reformas de unidades médicas | R\$ 2 milhões; |
| - Aquisição de equipamentos | R\$ 5 milhões; |
| - Manutenção das atividades da Fundação | R\$ 38 milhões; |

Fundação Geraldo Silva Venâncio

| | |
|--|-------------------|
| - Manutenção dos serviços hospitalares | R\$ 26,2 milhões; |
| - Construção e ampliação de novas unidades | R\$ 2 milhões; |

21 - A **FCJOL** (Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima) tem um orçamento total de R\$ 3,938 milhões, mais do dobro do ano passado que foi inicialmente de R\$ 1,86 milhões. A FCJOL continua com apenas um programa “Descobrimo Valores e revitalizando culturas” e as seguintes ações propostas:

| | |
|--|-------------------|
| - Subvenção Escolas de Samba e Blocos carnavalescos | R\$ 1 milhão; |
| - Equipar a Biblioteca Nilo Peçanha | R\$ 180 mil; |
| - Informatizar a Biblioteca Nilo Peçanha | R\$ 100 mil; |
| - Aquisição de veículos para a FCJOL | R\$ 124 mil; |
| - Cobertura área externa Casa Cultura José Candido de Carvalho | R\$ 150 mil; |
| - Estruturação do Museu de Campos | R\$ 100 mil; |
| - Manutenção das Atividades Administrativa FCJOL | R\$ 410 mil; |
| - Manutenção da Biblioteca Nilo Peçanha | R\$ 576 mil; |
| - Manutenção do Depto. Música | R\$ 176 mil; |
| - Manutenção do Depto. Literatura | R\$ 100 mil; |
| - Manutenção do Arquivo Público Municipal | R\$ 155 mil; |
| - Manutenção da Casa Cultura José Candido de Carvalho | R\$ 210 mil; |
| - Manutenção Curso Arte Plástica | R\$ 152 mil; |
| - Manutenção Carnaval, Verão Farol, Jd., Liceu e Jd. S. Benedito | R\$ 2,15 milhões. |

22- A **Fundação Municipal Teatro Trianon** tem uma dotação prevista para 2005 de R\$ 5,6 milhões (0,7%) menor em números absolutos que o orçamento de 2004 que foi de R\$ 9,275 milhões (1,5%). Em termos percentuais equivale a menos da metade.

| | |
|---|-----------------|
| - Manutenção de shows, espetáculo, teatro, mostra, aniv. e exposição | R\$ 1,5 milhão; |
| - Manutenção de shows, espetáculo teatrais e exposição de artes | R\$ 210 mil; |
| - Manutenção de shows, espetáculo teatrais e exposição de artes plásticas | R\$ 710 mil; |
| - Manutenção Programa Viva Melhor, viva música e “Jardim in concert” | R\$ 1,9 milhão |
| - Reestruturação RH Palco e camarim Jd. Liceu | R\$ 105 mil; |
| - Reestruturação RH Palco e camarim Jd. S. Benedito | R\$ 115 mil; |
| - Reestruturação RH Palco e camarim Lagamar-Farol | R\$ 120 mil; |
| - Manutenção do estabelecimento Teatro Trianon | R\$ 120 mil; |
| - Apresentação de artistas em circ. Interno externo | R\$ 120 mil; |
| - Workshop, curso, oficina de formação profissional | R\$ 80 mil; |
| - Implantação e manutenção escola de artes cênicas | R\$ 150 mil; |

Obs.: Mais uma vez se indaga o por que a necessidade da existência destas duas Fundações: Trianon e FCJOL. Pode ser observado que a ações para financiamento das mesmas atividades, como por exemplo, o Jardim do Liceu e do Jardim São Benedito nas duas Fundações. Também há que se questionar o enfoque na realização de shows e eventos ao invés da formação cultural, embora, neste orçamento tenha aparecido algumas rubricas ainda com baixos valores para esta finalidade. Outra observação é que

23- **No Gabinete do Prefeito** está prevista uma verba grande de R\$ 3 milhões para desapropriações. Em 2004 a verba para este fim foi de 4,5 milhões. Em 2003 este valor foi de R\$ 6 milhões, igual ao valor previsto no ano de 2002. Algumas desapropriações são importantes para liberação de tráfego, outras desnecessárias, cabendo ainda uma análise, pois, a assunção de mais prédios significa cada vez mais despesas correntes de pessoal e manutenção.

24 – Ainda no **Gabinete do Prefeito** há a alocação no Programa “Um bom lugar para morar, investir e viver feliz” com duas ações de grande monta que por trata-se de obras deveria estar alocada nesta secretaria: “Construção do Projeto Cidade Qualidade” com orçamento de R\$ 35,6 milhões e “ Construção do Projeto Chatuba” com orçamento de R\$ 19,8 milhões. É bom lembrar que este último projeto, que já está sendo executado tem verbas empenhadas no orçamento de 2004.

25 – A empresa Municipal **Campos Luz** tem uma excelente dotação para o ano de 2005 de R\$ 3,1 milhões superior aos R\$ 2,3 milhões previstos para 2004. As dotações são destinadas à implantação e manutenção da iluminação pública e ao Programa “Luz no Campo”destinado à ampliação do programa de eletrificação rural em parceria com o governo federal. Com esta verba, é possível atender muito melhor do que se atende hoje, especialmente na iluminação pública nos bairros periféricos da cidade.

26 – A **Fundação Municipal de Esportes** tem uma dotação de R\$ 5,492 milhões praticamente igual em números absolutos a do ano passado. O Programa “**Esporte para o Amanhã – formando o cidadão do futuro**” tem as seguintes ações:

| | |
|--|--------------|
| - Esportes no Farol de São Tomé – Verão | R\$ 385 mil; |
| - Esportes no Farol- Ano todo | R\$ 125 mil; |
| - Inverno quente no Farol | R\$ 55 mil; |
| - Manutenção equipe de ponta de Basquetebol | R\$ 900 mil |
| - Manutenção equipe de ponta de Voleibol | R\$ 900 mil |
| - Manutenção equipe de ponta de Futsal | R\$ 720 mil |
| - Desportos olímpicos individuais | R\$ 344 mil; |
| - Manutenção do Projeto renovação | R\$ 577 mil; |
| - Manutenção da equipe de ponta de cadeirantes | R\$ 86 mil; |
| - Campeonato de futebol de grama | R\$ 234 mil; |
| - Manutenção das atividades operacionais da fundação | R\$ 684 mil. |

Obs.: Percebe-se que a maior parte dos recursos estão alocados em patrocínios de eventos e apoio a equipes formadas e não à formação de novos atletas ou à massificação do esportes. Este fato é reforçado pela reserva de R\$ 800 mil que está alocado no Gabinete do Prefeito para aplicação em projetos e eventos esportivos.

27 – Na Secretaria de **Promoção e Desenvolvimento Social** tem-se a previsão de destinação de R\$ 1,01 milhão. Ano passado ele teve orçamento de R\$ 22,564 milhões, mas estavam incluídas as dotações de programas que agora, de forma positiva, está alocada ao Fundo Municipal de assistência Social. Juntando estes dois valores teremos em torno de R\$ 25 milhões. Em números absolutos, a dotação saiu de R\$ 22,5 milhões para R\$ 25 milhões. Em termos proporcionais a verba para a área foi reduzida de 3,76% para 3,11% do total do orçamento. Como a verba do Fundo Municipal de Assistência Municipal não está detalhada não há como fazer uma análise mais profunda na evolução dos programas e ações propostas nos anos anteriores. Também lamentável, a falta de detalhamento por não se definir metas de atendimento em cada ação e/ou programa.

Veja os programas e ações da área de Promoção social presentes no orçamento de 2004:

“Programa Administrar, Reformar expandir equipamentos” Ações: Apoio a Organização de Empreendimentos Cooperativados; Construção de Casas da Cidadania; Empreendimentos Familiares e/ou Individuais (Banco do Povo); Manutenção das unidades das casas da cidadania; Manutenção do Centro de Convivência para idosos; Manutenção do NIAM; Manutenção dos NAFs; Programa de Atenção à pessoa Idosa; Programa de Atendimento à mulher; Atendimento à pessoa portadora de deficiência; Programa Atendimento Integral às famílias em situação de miséria e/ou população de rua: Ações: Atendimento integral famílias em situação de vulnerabilidade social; Distribuição de 60.000 bolsas; Distribuição de cobertores; Distribuição de colchonetes; Distribuição de enxovais de bebê; Distribuição de filtros; Distribuição de fraldas geriátricas; Distribuição de leite; Distribuição de sopa desidratada; Doação de urnas; Pagamento de Bolsas Auxílio de 1 SM; Programa Balcão que Multiplica a Obra; Programa “Fortalecimento, acompanhamento e fiscalização da assistência social” as ações com dotações mais significativas são: Repasse financeiro para ONGs em sistema de abrigo p/ port. def. visual e adulto pop. de rua; Repasse financeiro para ONGs em sistema de abrigo em caráter provisório; Repasse financeiro para ONGs que trabalham com creche; Repasse financeiro para ONGs que trabalham com portadores de deficiência; Repasse financeiro para ONGs que trabalham com idosos; Programa “Obtenção de documentos, controle de uma política municipal de emprego e atendimento ao jovem”: Controle social municipal de emprego e renda; Pagamento de bolsa financeira mensal à atendidos no programa; Programa “Pode entrar que a casa é sua” tem as seguintes ações: Auxílio financeiro para pág. de aluguel a famílias em situação de risco; Doação de material de construção a famílias que dispõe de terreno; Intervenção com reformas, infra-estrutura e remoções; Reformas das vilas populares e conjuntos habitacionais; **PETI** (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) com as principais ações: Pagamento de **Bolsas**; Crianças e Adolescentes atendidos - Jornada Ampliada - Transporte Auxiliar.

28 – A **FMIJ (Fundação Municipal da Infância e da Juventude)** tem um orçamento inferior ao do 2004 quando foi alocado R\$ 7,18 milhões (1,2%). Para 2005 está proposto a quantia de R\$ 5,6 milhões equivalentes a 0,7% do orçamento total e em termos proporcionais, pouco maior que a metade do que foi alocado para 2004. Neste valor há R\$ 800 mil destinados ao Fundo municipal da Infância e Juventude com recursos para o Conselho, manutenção de projetos, refeições, bolsas e profissionalização.

29 - O orçamento da **EMHAB (Empresa Municipal de Habitação, Urbanismo e Saneamento)** para 2005 é de R\$ 12,92 milhões, em números absolutos menor do que de 2004 quando teve orçamento de R\$ 14,84 milhões. Em termos proporcionais reduziu de 2,47% para 1,61%. No programa “Saneamento para comunidades rurais e urbanas de baixa renda” estão previstas as seguintes ações:

| | |
|---|------------------|
| - Material de consumo para manutenção sistema de água e esgoto | R\$ 400 mil; |
| - Construção de casas populares pessoal de baixa renda | R\$ 5,7 milhões; |
| - Urbanização de áreas críticas das comunidades carentes | R\$ 3 milhões; |
| - Construção de casas para servidores da PMCG | R\$ 1 milhão; |
| - Implantação – manutenção de rede de abastecimento de água potável | R\$ 1, 2 milhão; |
| - Construção – manutenção de rede, estações de tratamento de esgoto | 1,25 milhão; |

Obs.: É indiscutível a necessidade da população, especialmente dos bairros mais periféricos, no que diz respeito às demandas por saneamento básico. Porém, aqui cabe questionar como ficam as exigências com relação a empresa concessionária da prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, “Águas do Paraíba” que tem obrigações contratuais de investimentos a ser exigido pelo Poder Concedente que é a Prefeitura. Tal investimento poderia deve então demandar um ajuste de contas no contrato firmado com a empresa concessionária.

30 – A dotação de apenas 5,7 milhões para a habitação popular permitirá a construção de no máximo 250 casas. É um valor muito pequeno diante da demanda e do debate que o assunto gerou durante todo o processo eleitoral. O PPA 2002-2005 previu a construção a cada ano de 950 casas. No orçamento de 2004 previu recursos de R\$ 6 milhões. A meta desejável para esta área é a construção de pelo menos 1.500 casas populares por ano.

Emendas e proposições ao Legislativo municipal

Este documento pretende facilitar as discussões entre as diversas Instituições da Sociedade Civil de Campos, interessadas em acompanhar o debate sobre a formulação do orçamento municipal para 2005. A não operacionalização das ações, programas e dotações propostas em emendas das entidades da sociedade civil têm servido de desestímulo ao aprofundamento do debate sobre as correções e aperfeiçoamento a serem feitos ao orçamento, pois há um sentimento que hoje o Poder Executivo e parte dos vereadores da Câmara Municipal em legitimar o orçamento através da Audiência Públicas sem levar em conta as proposições apresentadas e aprovadas. Apesar disto pretende-se retomar o debate político sobre a validade da participação na Audiência Pública do próximo dia 23/11 na Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, com a apresentação de Emendas por áreas, tiradas a partir do debate em consenso entre as entidades como ocorrido nos três últimos anos. A Cidade 21 mais uma vez ao apresentar este documento entende estar colaborando com o entendimento deste complexo tema, colocando-o de uma forma mais palatável para aqueles que não são obrigados a conviver com a apresentação dos mesmos, porém quer participar dos debates sobre as prioridades de investimentos para o nosso município. Participe do debate virtual sobre a proposta orçamentária de 2005 e sobre a execução orçamentária do orçamento de 2004 no Blog da Cidade 21 endereço: <http://cidade21.blogspot.com>.

Novembro de 2.004

Anexo - Despesas com Pessoal - Orçamento 2005

| Secretarias - Setores da PMCG | Pessoa Física | Pessoa Jurídica | Vencimentos Pessoal Fixo | Aposentadorias Pensões | TOTAL |
|--|----------------------|------------------------|---------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| Câmara Municipal | 330.000 | -- | 9.493.060 | 528.000 | 10.351.060 |
| Procuradoria Geral | 5.000 | 45.000 | --- | --- | 50.000 |
| Gabinete do Prefeito | 402.000 | 3.907.000 | --- | --- | 4.309.000 |
| Secretaria de Governo | 5.000 | 55.000 | --- | --- | 60.000 |
| Secretaria de Ind./Com/Turismo | 246.000 | 1.122.000 | --- | --- | 1.368.000 |
| Secretaria Controle/ Planejamento | 80.000 | 4.000.000 | --- | --- | 4.080.000 |
| Secretaria de Comunicação Social | 52.000 | 8.110.000 | --- | --- | 8.162.000 |
| Secretaria de Administração | 6.438.000 | 4.150.000 | 40.000.000 | 25.000.000 | 75.588.000 |
| Secretaria de Fazenda | 80.000 | 870.000 | --- | --- | 950.000 |
| Secretaria de Obras e Urbanismo | 10.000 | 1.000.000 | --- | --- | 1.010.000 |
| Secretaria de Transportes | --- | 450.000 | --- | --- | 450.000 |
| Secretaria de Limpeza Pública | 57.200 | 24.691.000 | --- | --- | 24.748.200 |
| Secretaria Educação e Cultura | 2.753.000 | 14.852.000 | 37.700.000 | 6.000.000 | 61.305.000 |
| Secretaria de Saúde | 500.000 | 6.180.000 | 53.000.000 | --- | 59.680.000 |
| Secretaria de Agricultura | 143.000 | 2.696.000 | --- | --- | 2.839.000 |
| Secretaria de Promoção Social | --- | 5.000 | --- | --- | 5.000 |
| Secretaria de Meio Ambiente | 50.000 | 10.329.000 | --- | --- | 10.379.000 |
| Secretaria Defesa do Consumidor | 2.000 | 42.624 | --- | --- | 44.624 |
| Secretaria de Justiça e Assist. Judiciária | --- | --- | --- | --- | --- |
| Reserva de Contingência | --- | --- | --- | --- | --- |
| Guarda Municipal | 20.000 | 20.000 | --- | --- | 40.000 |
| Campos Luz | 110.000 | 437.000 | --- | --- | 547.000 |
| CODEMCA | 2.000 | 556.000 | --- | --- | 558.000 |
| EMHAB | 118.000 | 2.635.000 | --- | --- | 2.753.000 |
| EMUT | 10.000 | 930.000 | --- | --- | 940.000 |
| FMIJ | 78.000 | 377.000 | --- | --- | 455.000 |
| FCJOL | 717.000 | 2767.000 | --- | --- | 3.484.000 |
| Fundação Dr. Geraldo Venâncio | 5.017.000 | 2.507.000 | --- | --- | 7.524.000 |
| Fundação João Barcelos Martins | 3.000.000 | 7.000.000 | --- | --- | 10.000.000 |
| Fundação Municipal Esportes | 2.595.000 | 2.381.000 | --- | --- | 4.976.000 |
| Fundação Municipal Zumbi dos Palmares | 110.000 | 190.000 | --- | --- | 300.000 |
| Fundação Municipal Teatro Trianon | 2.290.000 | 1.695.000 | --- | --- | 3.985.000 |
| FUNDECAM** | --- | --- | --- | --- | --- |
| PREVCAMPOS*** | 20.000 | 20.000 | --- | --- | 40.000 |
| Fundo Municipal de Assistência Social | 9.870.000 | 6.500.000 | --- | --- | 16.370.000 |
| Fundo Municipal de Saúde | 1.956.000 | 1.850.000 | --- | --- | 3.806.000 |
| Fundo Municipal Infância e Juventude | 450.000 | 880.000 | --- | --- | 1.330.000 |
| TOTAL | 37.516.200 | 113.249.624 | 140.193.060 | 31.528.000 | 322.486.884 |

Obs.: 1 - Estes valores não batem com as informações dadas sobre as despesas previstas com pessoal constante do projeto de lei da LOA 2005 enviada pelo executivo para análise da Câmara de Vereadores. É provável que as despesas com pessoa jurídica não estejam aqui consideradas. Porém, ainda assim daria uma diferença na soma de valores para pagamento de Pessoa Física, mais Pessoal Fixo, mais aposentadorias e pensões que chegam a R\$209.237.260,00 contra R\$ os R\$ 247,8 milhões previstos com pessoal no corpo da lei;

2- Interessante verificar que apenas nas duas secretarias com mais lotação de pessoal, Educação e Saúde, as despesas com pessoal tenham sido retirado das despesas da Secretaria de Administração, onde estão alocados as verbas para pagamento de pessoal fixo da PMCG.